



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011135-55.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **EUNICE CALDERINI JOGE**
 Requerido: **Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou que teve uma bolsa sua contendo diversos documentos subtraída e que posteriormente a ré emitiu faturas de compras que não realizou.

Alegou ainda que ajuizou ação para que fosse declarada a inexigibilidade dessa dívida, a qual, julgada procedente, permanece aguardando apreciação de recurso junto ao Colendo Colégio Recursal local.

Não obstante, salientou que a ré continua dirigindo inúmeras cobranças, o que lhe tem causado sérios transtornos.

Reconhece-se que como a ação anteriormente aforada a propósito da exigibilidade ou não da dívida da autora junto à ré não foi definitivamente julgada tal questão remanesce em aberto.

Isso significa que inexistiu no momento base para estabelecer convicção sobre a higidez do débito, valendo registrar que o presente feito encerra sede inadequada para discussão dessa ordem.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Sem embargo, a pretensão deduzida pode ser apreciada sob a ótica do art. 42 do CDC, ou seja, aprofundando a discussão em torno da forma como foram feitas as cobranças por parte da ré.

Nesse contexto, o depoimento pessoal prestado pela autora em audiência constituiu rico elemento para a formação de juízo de convicção sobre a matéria posta.

Ele revelou o intenso sofrimento experimentado por ela em decorrência das inúmeras cobranças telefônicas que recebeu.

Pessoa idosa (possui oitenta e cinco anos de idade), com grandes dificuldades de deambulação e de notória simplicidade, viu-se fortemente abalada pelas constantes ligações da ré, cuja extensão desmedida fica indicada nos apontamentos de fls. 06/07.

Suas palavras nessa direção transpareceram absolutamente compatíveis com sua condição pessoal, o que de resto foi confirmado pela testemunha Roseli Caruso Sabatini.

A circunstância desta ser sua filha não assume maior relevância, porquanto considerando as peculiaridades da espécie seria difícil – para não dizer impossível – a produção de prova estranha à autora, passando-se os fatos noticiados no recesso de seu lar.

A conjugação desses elementos basta para reconhecer que no caso específico dos autos as cobranças promovidas pela ré, independentemente de atingirem a débito pertinente ou não, foram excessivas e causaram grandes constrangimentos à autora.

Tivesse esta outras características, talvez a solução fosse diferente, mas de acordo com sua situação já assinalada tomo os danos morais configurados, até porque se alguém estivesse em idêntica posição à evidência experimentaria abalo de vulto.

A ré ao menos no caso sob análise não tomou os cuidados necessários, mas, ao contrário, implementou ações que se amoldando ao aludido preceito legal (art. 42 do CDC) rendem ensejo à caracterização dos danos morais.

O valor da indenização deverá ser fixado de acordo com os critérios preconizados em espécies análogas.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Já a condenação da ré ao cumprimento da obrigação de fazer delineada na petição inicial é igualmente de rigor, até como forma de evitar que o status quo tenha seguimento com notórios prejuízos à autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré 1) a abster-se de dirigir cobranças à autora em relação à dívida tratada nos autos, por via telefônica ou de qualquer outro modo, sob pena de multa de R\$ 200,00 por cobrança efetuada; 2) a pagar à autora a quantia de R\$ 7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação imposta no item 1 (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Caso a ré não efetue o pagamento estipulado no item 2 em quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 35/36, item 1, com a modificação da multa aqui definida.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**